

# ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE<sup>1</sup>

ELCEMIR PAÇO CUNHA\*

## Resumo

O objetivo do ensaio é mostrar que a formação de uma consciência de classe para a superação de todas as classes é uma finalidade necessária do ensino da administração política quando este está orientado para o desvelamento dos antagonismos estruturais. Discute-se as principais posições ideológicas que se apresentam no debate da formação do administrador e as aquisições do materialismo sobre a relação entre a consciência e sua realidade em que o problema das classes sociais se coloca. Apresenta-se um debate com a “teoria dos gestores” tendo por base esse materialismo, procurando estabelecer os administradores como fração da classe do trabalho e não como *classe em si*, à parte do capital e do trabalho. O artigo discute o problema da consciência de classe e o ensino da administração política a partir dessa problemática, concluindo que uma tal pedagogia pressupõe uma crítica aguda das condições de possibilidade da subjetividade contraditória aos interesses do *ser da classe* do trabalhador coletivo, levando-se em conta a explicitação dos próprios administradores como trabalhadores assalariados e as diferenças dentro dessa própria fração em razão da estrutura de comando do capital.

Palavras-chave: Ensino, Administração política, Consciência de classe, Antagonismo.

## Abstract

The aim of this paper is to show that a class consciousness in order to overcome all class relation is the necessary purpose of political administration teaching when it is oriented to the unveiling of structural antagonisms. One discusses the main ideological positions which present themselves in the debate on manager education and the acquisitions of materialism about the relation between consciousness and its reality where the problem of social class is anchored. The paper shows a debate to “managers theory” taking that materialism as a theoretical base in order to establish the majority part of managers as a fraction of labour class and not as a *class in itself* apart from capital and labour. One discusses the problem of class consciousness and the teaching of political administration from that question and concluding that such pedagogy has as presupposition a radical critique of the conditions of possibility of a contradictory consciousness in relation to the *being of class* of collective class, keeping in mind the differences inside that such fraction because of the structure of capital command.

Key-words: Teaching, Political administration, Class consciousness, Antagonism.

\* Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Email: <paco.cunha@ufjf.edu.br>.

<sup>1</sup> Agradeço à Fapemig o apoio financeiro ao projeto de pesquisa que tornou possível a elaboração deste texto.

Onde a educação é crescentemente solicitada,  
o espírito da revolução violenta perece.

— OLIVER SHELDON

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes — a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.

— KARL MARX

## I. Introdução

**N**O ESPÍRITO DA CONTRADITORIEDADE entre as passagens em epígrafe, o objetivo do ensaio é mostrar que a formação de uma consciência de classe para a superação de todas as classes é uma finalidade necessária do ensino da administração política quando este está orientado, como deveria ser, para o desvelamento dos antagonismos estruturais. Para tanto, tal formação deve ser balizada na adequada apreensão do movimento da realidade. O problema requer uma apreensão razoável dos tipos possíveis de consciência social na formação universitária. Nesse sentido, não é possível escapar de uma discussão sobre o problema das classes sociais no capitalismo, particularmente os seus vínculos com os chamados gestores e sua formação universitária.

Uma das grandes dificuldades no estudo dos gestores e das classes sociais está no fato da difusão da *função de direção* nos diferentes complexos parciais que compõe a totalidade social, cujo princípio regulador segue sendo a lógica do capital. Nesse sentido, é preciso considerar o complexo econômico não como a causação única da totalidade, mas sim (seguindo Marx, 2011) como o *momento ou fator preponderante* dessa articulação concreta em suas múltiplas determinações (cf. Paço Cunha, 2015). Destaca-se no interior desse complexo a concreção da função de direção como *comando da força de trabalho* e não como qualquer atividade de “gestão” que é identificável na relação com capitais singulares (ou fora dela). Diferenciando, portanto, esse *comando da força de trabalho* de uma “função burocrática” comum a muitos tipos de ramos industriais e de serviços, fica destacada uma atividade particular componente do *trabalhador*

*coletivo* diretamente referida na imediata produção do valor. É desse ângulo objetivo que o problema das classes e da consciência de classe se impõe para a presente discussão, abstraindo os problemas envolvidos diretamente no debate sobre o estado — que terá de ficar para outra oportunidade.

Os debates que circulam na crítica da administração política tendem, noutra direção, a uma problematização mais abrangente e que incorpora uma angulação política e profissional (Santos, 2001). Na primeira se encontra a dimensão mais ampla da gestão, isto é, a organização geral da produção e distribuição da riqueza, além de outros aspectos. Na segunda, incluem-se as atividades mais atinentes ao plano produtivo imediato, das unidades produtivas singulares. As potenciais diferenças ficam obnubiladas sob a categoria “gestão”. Outras tendências têm sido também chamadas a dar sustentação aos debates da administração política, como João Bernardo e Maurício Tragtenberg. Nessas tendências se desenvolve a problemática dos gestores das burocracias estatais e privadas como uma classe social particular, senão a que efetivamente dirige a sociedade; uma *teoria dos gestores*. Essas duas tendências amplificadoras são contributivas para alargar a compreensão dos fenômenos, mas também pagam tributo à homologia entre complexos sociais certamente em reciprocidade que são, porém, distintos. Há uma tendência, particularmente com João Bernardo como veremos adiante, em determinar *toto cœlo* os administradores como uma classe distinta do trabalho em que a última é também tendencialmente reduzida aos trabalhadores, por assim dizer, “dos níveis mais baixos da hierarquia”, muitas vezes criando as condições para a confusão comum entre exploração do trabalho na produção do valor e precarização do trabalho (cf. Moreira, 2008, para uma exemplificação dessa confusão). Tanto a homologia quanto as marcas do anarquismo e de um socialismo libertário criam uma série de obstáculos a uma análise de realidade correspondente, a despeito das inúmeras potencialidades dessas tendências. Essa demarcação dos gestores como classe transcende, e muito, os problemas do anarquismo e da homologia, alcançando, como veremos, posições liberais. O propósito é recolocar essa questão com o auxílio do materialismo mais aproximado de Marx.

Para os propósitos estabelecidos, primeiramente veremos as principais posições ideológicas que se apresentam no debate da formação do administrador, debate hoje feito de modo muito indireto. Trataremos em seguida das aquisições do materialismo sobre a relação entre a consciência e sua realidade em que o problema das classes sociais se coloca. Essas aquisições

serão úteis para discutirmos parcialmente a “teoria dos gestores”, procurando estabelecer os administradores em seu bojo como fração da classe do trabalho e não como *classe em si*. Nesse patamar da análise é que colocaremos o problema da consciência de classe e o ensino da administração para além do capital. Por fim, apresentamos as considerações finais do artigo.

## 2. Ideologias, formação do administrador e contradições reais

Perseguimos no presente tópico o estabelecimento de uma relação entre a formação do administrador e as ideologias que a permeiam explícita ou implicitamente. Tendo total consciência de que ideologia ultrapassa a dimensão das teorias, tomamos aqui sua expressão mais simplificada no conjunto de ideias que cumprem determinada função social, no caso, sobre a formação do administrador com potencial para influir em cadeias de decisões individuais e coletivas. A determinação real das ideologias não é dada por sua falsidade ou verdade, mas por seus efeitos concretos quando são tomadas por grupos e classes para dar direção sobretudo aos conflitos sociais (Vaisman, 2010).

Com o auxílio de Mészáros (1993), podemos determinar “três posições ideológicas fundamentalmente distintas” que possuem, como argumentamos, implicações à maneira como se aborda o problema da formação do administrador. Com efeito:

A primeira [. . .] apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e louvando a contiguidade do sistema dominante — não importando se problemático ou contraditório — como horizonte absoluto da própria vida social. A segunda, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, revela, com êxito significativo, as irracionalidades da forma específica de sociedade de classe, sem dúvida anacrônica, rejeitada a partir de uma nova posição de observação, mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social — igualmente determinada pelas das classes sociais, mesmo se historicamente mais evoluídas. E a terceira, em contraste com as duas anteriores, questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classes (Mészáros, 1993, pp. 14-5).

Destaquemos a primeira posição ideológica como conservadora e a segunda como veleitéria (seguindo a terminologia de Mészáros, 2004), sem, contudo, reduzir em absoluto as características descritivas dadas e as particularidades que acentuaremos em seguida das tendências e subtendências no debate da formação do administrador. A terceira posição, como veremos adiante, é a que defendemos como a que melhor aponta os problemas a serem enfrentados. Nesse sentido, é possível destacar duas tendências centrais e que refletem a ideologia conservadora e a veleitéria.

A primeira, a mais óbvia e sem dúvidas dominante, prescreve a formação com base nas chamadas competências requeridas pelo “mercado”, pela vida competitiva, etc. e remonta aos textos seminais de Fayol, Mayo, Sheldon, ou, no Brasil, como Moitinho e outros muito mais recentes, preocupados com o ensino do *management*. Comporta, no entanto, as alterações epidérmicas requeridas ao longo do século XX. É incontestavelmente acrítica e seu horizonte é condicionado pelo que é útil ou inútil à “empresa”, tomada como entidade não contraditória. A formação de competências técnicas e “humanas” passa a ser um ponto decisivo para a competição e, dessa forma, um imperativo para os indivíduos nos bancos escolares. Jogos de empresa e estudo dos *cases* de sucesso ou fracasso são frequentemente os meios pedagógicos privilegiados para a preparação do individualismo competitivo, dos diferenciais competitivos de cada discente tomado isoladamente como mônada. Sob o aparente traquejo de abertura para as possibilidades do mundo, exaltando o avanço e a inovação e seguindo um léxico neutralizador (capital intelectual, colaboradores, etc.), persiste uma posição conservadora da ordem e avessa à crítica social. Sua caracterização geral está marcada pelo ideário neoliberal, que pode ser considerado “velho” pois “esse discurso ideológico não é um fenômeno novo, mas de novo o mesmo fenômeno” (Gurgel, 2003, p. 41). Suas marcas no cotidiano universitário são bem conhecidas e, por isso, dispensa maiores comentários — pensemos, por exemplo, nas *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração*. E mesmo as mais recentes investidas do empreendedorismo, mesmo daquele que se quer “social”, não se coloca fora dessa primeira tendência dado que paga tributo ao ideário gerencial proveniente também das corporações (técnicas de mercado, competição, individualismo, etc.), além — o que é mais importante — de ser uma renovação do ideário do pequeno proprietário em tempos de crise da sociabilidade do capital.

A segunda tendência, mais progressista e sob influências variadas da teoria social, enfatiza as limitações de uma formação nesses moldes, parcialíssima e comprometida com os interesses “dominantes”. As aspás aqui indicam a indeterminação recorrente nessa tendência, comportando um relativo gradiente de subtendências em razão da diversidade das influências e das características particulares. Para uma exemplificação, podemos destacar elementos desse gradiente.

Uma primeira subtendência, e sob influência de Guerreiro Ramos como Martins et al. (1997), enfatiza a dimensão cultural da administração no Brasil e a importância de a formação do administrador corresponder aos ditames locais. A formação passaria pelas dimensões culturais, históricas e socioeconômicas. O destaque segue mais ao lado da maneira de interpretação nacional de modo que os administradores estariam mais aptos a dar respostas aos problemas brasileiros e às condições de atuação segundo a formação do quadro social brasileiro. A deficiência identificada pelos autores é a existência de “formulações teóricas” que “não levam em conta nossas características, tão peculiares de formação” histórica. Diante disso, “questionar-se sobre o sentido mais profundo de nossa formação social torna-se, portanto, um passo necessário quando pensamos a formação dos profissionais da administração” (Martins et al., 1997, p. 10).

É sobremaneira importante a compreensão dos traços e problemas nacionais. Quanto a isso não resta dúvidas e dificilmente uma posição ideológica conservadora faria grandes objeções — a não ser a inteiramente ignorante que, não obstante, ganha alguma audiência nos dias que seguem. Trata-se, porém, de um elemento ligado ao pensamento social brasileiro que precisa ser retido por qualquer discussão razoável da formação universitária dado que o analfabetismo artificialmente construído via currículos sobre as questões dessa ordem é uma das marcas maiores da formação universitária em administração.

Não obstante, coexistem nessa tendência um tipo de diagnóstico e um tipo de alternativa prática que revelam também seus limites. Por um lado, existe a constatação segundo a qual “a organização do trabalho interna às empresas espelha e reforça as relações mais amplas entre capital e trabalho na sociedade” (Martins et al., 1997, p. 8). A contradição fundamental constatada, no entanto, produz uma alternativa no mínimo curiosa ao supor como sempre existente a própria contradição a ser superada. Por exemplo, limitam essa contradição a uma política distributivista, ao

argumentar que “a tensão entre a necessidade de maior flexibilidade na gestão, por parte do capital, e de avançar na conquista de direitos e maior equidade na distribuição da riqueza, por parte dos trabalhadores, molda a própria feição do que são as organizações contemporâneas no capitalismo e das formulações da administração moderna” (Martins et al., 1997, p. 6). Ao fundo segue preservada uma formação que tem por horizonte a amenização da contradição identificada. Nessa direção, é possível ainda encontrar a afirmação de que “a necessária aproximação do nível gerencial aos trabalhadores não qualificados para integrá-los ao processo de produção nos parece um desafio à parte no caso brasileiro, pois subentende ultrapassar as barreiras da formação cultural que o escravismo nos legou” (Martins et al., 1997, p. 9). Em outros termos, uma vez superada a barreira da cultura e uma vez integrados à produção, os trabalhadores podem continuar sendo o que são, mas em condições superficialmente alteradas. O ponto alto da argumentação nesse sentido é a identificação do desafio:

O desafio a ser enfrentando pelos administradores brasileiros repousa exatamente em desenvolver relações de trabalho mais iguais, onde o trabalhador possa ser considerado um verdadeiro colaborador nos resultados e deles compartilhe em igualdade de condições com seus superiores (Martins et al., 1997, p. 10).

A contradição identificada entre capital e trabalho é substituída inadvertidamente pela impossível conciliação dos contrários. Alguns traços daquela primeira tendência são plenamente identificados também aqui, a despeito da potência em identificar a contradição. Quer dizer, até mesmo para uma posição conservadora empedernida como na primeira tendência é imperativa a adequação das técnicas da administração aos seus contextos de aplicação, potencializando os resultados visados segundo os interesses do capital. Essa adequação não ameaça seriamente a tendência conservadora a ponto de, inclusive, encontrarmos publicações e louvores do *Conselho Federal de Administração* às obras de Guerreiro Ramos, autor que inspira essa primeira subtendência. Problemática, pois, em suas próprias bases e nesses termos, não é capaz de levar a contradição identificada ao seu ponto mais agudo, o que tornaria as alternativas práticas postas acima para a formação do administrador questionáveis a despeito da relevância da

compreensão da história nacional. Trata-se ainda de uma posição conciliadora, sincrética, à qual voltaremos à frente.

Sob influências da teoria crítica da chamada *Escola de Frankfurt* num corte psicanalítico, outra subtendência sinaliza as deficiências da formação do administrador, particularmente a explicitada na tendência conservadora, pois obstrui uma subjetividade mais plena, impede a formação de um “indivíduo” como “sujeito”, de “consciência autêntica”, que recoloca “o homem” na “possibilidade de se tornar artífice de sua própria vida” (Paes de Paula, 2012, p. 41).

O argumento central que podemos reter com relação à formação é que “na medida em que a «educação desinteressada» perde espaço para a profissionalização e a do adestramento cultural, a formação (*Bildung*) se transforma em semiformação (*Halbbildung*) e o indivíduo não mais pode se converter em sujeito” (Paes de Paula, 2012, p. 61). A formação do administrador, nesse sentido, é uma formação precária, uma “semiformação”, a despeito do fato de que não fica esclarecida nessa subtendência o conteúdo e a possibilidade real de uma “educação desinteressada”. Não obstante, a vantagem dessa exemplificação do gradiente em relação à primeira é o destaque que apresenta ao caráter necessariamente crítico, para além daquelas “necessidades da empresa” que identificamos na primeira tendência. Esse aspecto precisa ser retido, pois “a crítica seria algo que ocorre quando atingimos o nível do saber, pois é necessário que o conhecimento esteja decantado e que haja consciência do sujeito para haver reflexão” (Paes de Paula, 2012, p. 50). A crítica mais aguda que se explicita nessa exemplificação surge mais como resultado do que mediação, mais como consciência acabada do que exercício. A despeito disso, é preciso compreender que essa crítica como resultado é posta no contexto formativo que privilegia a “experiência” e não a semiformação:

Esta “outra experiência” que “passa de pessoa a pessoa” pode se transformar em experiência formativa se realmente tocar a subjetividade de quem dela participa e marcar seu inconsciente enquanto “memória involuntária”. Este processo é uma via para conduzir o indivíduo à condição de sujeito, uma vez que envolve o reconhecimento pelo outro, além de possibilitar a crítica, pois abre o caminho para a alteridade, ou seja, a singularização que pode levar o indivíduo a sair do estado de minoridade usando de seu próprio entendimento. Ocorre



aqui o que se convencionalmente costuma ser nomeado de “aprendizado”, mas que chamarei de formação (*Bildung*) no sentido frankfurtiano (Paes de Paula, 2012, p. 44).

Ao lado de considerar a crítica mais como resultado do que como meio, existe uma dificuldade já conhecida particularmente na crítica de Marx (2007) a Feuerbach, isto é, em determinar quem educa os educadores, supostamente já convertidos em “sujeitos”, capazes de levar adiante o projeto da “experiência” — sem mencionar o peso demasiado dado à educação, ou melhor, “formação”, sem uma transformação social mais profunda e tendencialmente reduzindo as contradições da realidade à consciência. Em razão do corte psicanalítico, as determinações mais concretas da realidade e as contradições socioeconômicas ficam consideravelmente apagadas e a antagonização principal se desgarra do capital e do trabalho para se fixar numa relação entre indivíduo e mundo-sistema em que o último dificulta a formação do sujeito. Contra isso se apresentaria a “experiência”, com a dificuldade já apontada. Mas é preciso reter o papel da crítica que, bem mais acentuada do que na primeira subtendência, ajuda a instruir melhor as próprias contradições fundamentais antes identificadas.

Uma última e rápida subtendência evidencia tanto a contradição quanto suas interferências no plano universitário. Um aspecto decisivo é que fica claro “que as escolas de administração não estão formando *administradores-políticos*, imbuídos de uma visão transformadora da realidade social” (Motta, 1983, p. 55, *grifos nossos*). Esse é ponto importante a ser retido para qualquer formação dos administradores que seja sensível às contradições sociais. Ao comentar sobre os achados da professora Covre (1981), Motta escreveu ainda que:

O processo a que são submetidos os estudantes de administração, o que se revela na análise dos cursos, evidencia interessantes conexões entre o processo produtivo e o processo pedagógico no campo específico, no caso brasileiro. Dito de outra forma, processo nos permite apreender o modo pelo qual os interesses ligados ao grande capital se fazem representar no campo universitário (Motta, 1983, p. 54).

É decisivo ter em mente essa ligação, considerando os traços específicos do Brasil, entre o processo pedagógico na formação dos administradores

e o processo produtivo marcado pelos interesses do grande capital. É de se suspeitar que interesses de capitais específicos (financeiro, comercial, produtivo) também marquem o processo pedagógico, incluindo os do pequeno capital hoje posto sobre a rubrica do empreendedorismo. Essa ligação precisa ser retida, pois mostra como a formação dos administradores não se dá fora das contradições sociais e a despeito dos efeitos dos interesses do capital em suas diferentes formas.

Motta ainda chama a atenção para as mudanças experimentadas no início da década de 1980 no Brasil, por decorrência da difusão das ciências humanas. Escreveu ele que:

Inicialmente, entretanto, as chamadas ciências humanas tinham mais a vocação instrumental para o estudo das áreas funcionais do que a vocação crítica necessária à compreensão e à avaliação da realidade. Uma mudança importantíssima ocorreu na esteira da crise de 1968, quando a segunda visão passou a prevalecer, inspirando um novo currículo para os cursos de graduação e novos critérios na formação de docentes nessas áreas (Motta, 1983, p. 53).

Motta via na ascensão das ciências humanas de tipo particular uma mediação importante para a formação dos “administradores-políticos”. Não é inteiramente sem propósito considerar que todas essas subtendências aqui exemplificadas sejam parcialmente efeito desse avanço das ciências humanas a partir de 1968. Mas é possível chamar atenção para o estudo da professora Covre (1981) que mostrou que o incremento de disciplinas da área de humanas no curso de administração da *Fundação Getúlio Vargas* do final da década de 1970 era por decorrência da necessidade de formar gestores aptos à tomada de decisão que envolve uma compreensão mais ampla da realidade. Essa é uma questão recorrente, isto é, que o aparecimento das humanidades nos currículos de formação de gestores não é efeito de capricho ou modismo nem da iluminação das ciências do homem *para* o homem, mas uma necessidade prática do mundo dos negócios que se reflete nos currículos. Isso por si só compromete o entendimento de ver na formação humanística uma contradição ante o capital, como parece insinuar particularmente Motta. Ela é tão necessária quanto o uso mais sórdido das técnicas que enfatizam autoridade unilateral, do despotismo *sans phrase*. Esse “humanismo” possui a possibilidade de expressar as con-

tradições reais, mas dentro dos limites próprios da educação à qual ele serve. As problemáticas que identificamos em Martins et al. (1997) indicam isso. Além do mais, o que é óbvio para a primeira tendência (a conservadora), esse “humanismo” apregoa uma modificação da formação, de um “sujeito” em termos consideravelmente abstratos e sem alteração das relações materiais, sem uma mudança das próprias contradições sociais, o que torna seu projeto consideravelmente limitado como horizonte prático. Passados tantos anos depois de 1968, vemos que as “ciências humanas”, embora importantes para a formação, não são por si mesmas garantias da transformação da realidade. Ao contrário, as relações sociais que produzem tais conhecimentos garantem hegemonicamente o direcionamento de um conhecimento *do* homem com vistas à previsão, produção e manipulação de subjetividades e condutas humanas.

Nesse sentido, esse “humanismo” não deixa de ser reflexo da necessidade prática do próprio capital e de suas personificações, pois põe no horizonte um *sincretismo* que simultaneamente precisa cumprir os imperativos que brotam da lógica do valor e não pode ignorar certos anseios e necessidades dos trabalhadores ou dos indivíduos. Motta aqui aparece como a mais radicalizada posição na segunda tendência ao registrar a formação para a transformação da “realidade social”, pois apenas assim os homens podem transformar a si mesmos em donos de seu futuro como humanidade, quer dizer, para além da mera transformação individual. O “humanismo” aqui explicitado, no entanto, tem fortes ligações com o que Mészáros chamou de pensamento veleitério. Não é uma ideologia conservadora, como a primeira tendência, pois pode comportar um impulso transformador, crítico da realidade, mas se vê ainda preso a determinados condicionantes e interesses materiais dominantes mesmo que se julgue para além deles.

Que seja repetido, no entanto, as diferenças marcantes da transição de uma ideologia conservadora para a veleitéria como um movimento nada desprezível. Cada qual com suas especificidades, as subtendências insinuam corretamente a compreensão histórica dos problemas nacionais, a importância da crítica na formação das consciências e o peso dos interesses do capital em suas muitas formas sobre a formação dos administradores. Mas esses avanços não foram suficientes para a superação de um *sincretismo* que paga tributo ao próprio objeto de sua crítica.

O “passo adiante”, se não for uma completa alteração desse “humanismo” de tipo particular, depende de uma compreensão mais apurada

da realidade concreta, das contradições reais operantes, e situar a formação dos administradores nessas contradições para tomar a possibilidade de uma *educação interessada na transformação social*. Por este motivo, e restando os aspectos da história nacional, da crítica social, da identificação por vezes mais superficial das contradições centrais e o impulso da formação para a transformação da realidade, é preciso inserir tal formação no debate das classes sociais e da consciência de classe. Somente uma ideologia revolucionária por ir à raiz das coisas, a única ideologia que é autenticamente transformadora e que pode superar as limitações desse “humanismo” e proporcionar um sentido correto da transformação. Um movimento central nessa direção é, deixando de lado as problemáticas impostas pelas leituras mais afeitas ao estruturalismo, situar a universidade no contexto social:

A escola, como instituição mediadora, formadora de individualidades sociais, absorve tais impactos [dos estranhamentos de uma sociedade regida pelo capital] em uma esfera já bastante distanciada da base material da sociedade, dada a complexificação do ser social. Portanto, reflete em seu interior a realidade social da divisão do trabalho, das relações de classe e dos estranhamentos próprios dessa forma do ser social (Albinati, 2012, pp. 42-3).

Tomando essa compreensão e sem sucumbir às armadilhas do “messianismo pedagógico” de que falava Tragtenberg (1982, p. 114), a educação formal guarda potencialidades múltiplas embora sua marca maior seja “agir como um cão de guarda *ex-officio* e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida” (Mészáros, 2007, p. 212). Dados os limites sempre latentes da manipulação “vinda de cima”, como nos instrui Mészáros (2007), a educação formal pode abrir brechas para uma ruptura com a lógica do capital na medida em que canalizar uma *análise de realidade* — e, portanto, algo distinto de um proselitismo — que apresenta o tratamento dos problemas sociais reais (Mészáros, 2007, p. 298), a necessidade de uma transformação concreta com relação a tais problemas (Mészáros, 2007, p. 302), em suma, que viabilize uma compreensão da totalidade contraditória e ponha alternativas práticas coerentes com essa compreensão dos antagonismos e dos nexos fundamentais.

É nesse sentido que devemos lançar luz sobre a análise razoável da realidade, sobre as classes sociais e a consciência de classe para enfrentarmos o problema das possibilidades da formação do “administrador-político” como agente de transformação da realidade social cortada pelas contradições reais, pelas classes e pela luta de classes, evitando as armadilhas do citado messianismo. Problema nada desprezível na medida em que apostando demasiada energia nessa formação há a suposição de que a transformação social pode vir a ser assunto exclusivo de uma profissão ou de profissões combinadas. Nada seria mais equivocado, pois sabemos que o impulso transformador vem das ruas, das classes sociais. Mas engano de igual calibre é supor que a formação universitária não tenha nenhuma ligação com isso.

### **3. Materialismo, classe e consciência de classe**

O materialismo tem sido considerado como uma mera “visão de mundo” que exclui a função da consciência ou a toma apenas como epifenômeno. É preciso corrigir isso, situando corretamente o problema da consciência de classe e sua significação concreta na luta social. É nessa consciência de classe que a formação o administrador precisa atuar, tendo em mente os limites da formação e da própria atuação na realidade.

Não é verdade que não existe espaço na discussão do materialismo sobre a subjetividade. Retomando o próprio Marx, é possível identificar, inclusive a partir de *O capital* (cf. Bicalho, 2014), inúmeras contribuições para o devido posicionamento da subjetividade em relação à materialidade. Uma síntese bastante convincente para os termos gerais da apreensão marxiana pode ser encontrada em Chasin (2009). Somos informados pelo autor brasileiro que a subjetividade não é tomada em sua pureza, mas na relação com a objetividade. A objetividade como anterioridade efetiva cria as condições de possibilidade para a subjetividade que é, por sua vez, condição da atuação concreta dos homens. É a atuação concreta que converte a subjetividade em objetividade e vice-versa, de modo que *pensar e ser* são coisas diferentes, mas relacionadas numa unidade, como sugeriu o próprio Marx (2004). Em síntese, ao mesmo tempo que a subjetividade se molda pela prática social sobre a realidade concreta, essa mesma realidade é modificada pelo agir dos homens que, por fim, também se alteram no processo. Considerar, portanto, o problema da consciência e da consciência de

classe implica ter clareza sobre essas relações concretas e o conteúdo específico das práticas sociais que medeiam tais relações. Em suma, a consciência se molda principalmente pela ação em contextos históricos e sociais determinados; esse é o fator preponderante (e não monocausal) para a formação da consciência.

A relação entre a consciência e sua realidade não é isenta de obstáculos. A reprodução pela consciência das propriedades das coisas, sejam elas naturais ou sociais, é uma possibilidade regida também pelas próprias condições materiais. Determinados contextos sociais são mais ou menos restritivos ao alcance da consciência. Dado que não existe consciência humana fora da vida social, é esta que cria as condições de possibilidade da primeira. Dessa forma, “a compreensão do caráter social da consciência passa pelo reconhecimento da impossibilidade de abstraí-la dos seus portadores reais, isto é, os sujeitos reais e concretos, em sua atividade material, historicamente determinada” (Vaisman, 1999, p. 260). É na materialidade desses portadores que se localizam as condições de possibilidade. Não é por outro motivo que as “representações são expressão consciente — real ou ilusória — de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política” (Marx & Engels, 2007, p. 93). Há que ser dito que “a falsidade ou correção das representações não são motivadas, assim, por mecanismos puramente ideais, inerentes à própria constituição da esfera subjetiva, mas derivam da potência ou dos limites do modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, ou seja, os limites à devida apreensão dos nexos constitutivos da realidade são postos socialmente” (Vaisman, 1999, p. 262).

Não basta que existam indivíduos ou grupos interessados na apreensão dos nexos constitutivos da realidade; são necessários indivíduos ou grupos em condições de fazê-lo. Não existiria, nesse sentido, nenhum obstáculo por princípio entre o interesse e a reta apreensão, nem com relação a um interesse de tipo específico, qual seja, o da transformação da realidade social. Não faz sentido, pois, uma “formação desinteressada” como foi aparentemente exigida pela segunda subtendência antes indicada. A questão problemática que se coloca é o que fazer mediante condições mais ou menos restritivas a essa apreensão, considerando a formação universitária como uma importante mediação. Não há outra alternativa senão apresentar o melhor da apreensão da realidade, o mais alto alcance científico disponível. E onde estaria esse alcance senão no próprio materialismo?

Consideremos, portanto, que a consciência dos homens nos marcos da sociabilidade do capital possa ser diferenciada fundamentalmente entre consciência individual e consciência de classe, sem que haja necessária correspondência entre elas. Torna-se ainda decisiva, seguindo Mészáros (1993, pp. 87s), a distinção — também sem necessária correspondência — entre a consciência de classe que brota das condições econômicas, sociais e políticas imediatas da classe e a consciência de classe ligada às determinações mais profundas que faz da classe, pois, uma *classe*. A primeira, como consciência contingente, é resultado e produtora dessas condições imediatas, isto é, das condições da classe. A segunda, mais ao fundo, é produtora e resultado do próprio *ser da classe*, isto é, a classe como tal. Assim, podemos distinguir a consciência necessária, mais profunda, a consciência contingente e a consciência individual. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a consciência individual alcança seu alto desenvolvimento quando apreende os nexos com a própria classe social. Assim é que a tematização de Lukács (2003) sobre o assunto, descontado o autorreconhecido vestígio hegeliano, ainda comporta plena validade ao diferenciar a *classe em si* (condições da classe e consciência contingente) da *classe para si* (ser da classe e consciência necessária) por mediação da apreensão dos nexos sociais centrais.

No capitalismo as relações das classes fundamentais seguem sendo as marcadas pelo capital e pelo trabalho, apreendendo aí os conflitos múltiplos intra e interclasses. Essa relação ao fundo, de ordem primária, se reproduz (continuidade) por meio das e por vezes contra as alterações (descontinuidades) econômicas, sociais e políticas. É por isso que podem ocorrer modificações nas condições da classe e na consciência contingente mesmo na continuidade do *ser da classe*. Na relação de antagonismo entre as classes, o interesse da classe do trabalho é superar a própria relação de classe (e não se acomodar à manutenção de “relações de trabalho mais iguais, . . . considerado um verdadeiro colaborador. . . compartilhe em igualdade de condições com seus superiores”, como vimos antes, na primeira subtendência da ideologia veleitória). Por outro lado, a classe proprietária tende a se interessar pela reprodução dessa relação. Do lado do trabalho, portanto, “o interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural” (Mészáros, 1993, p. 92), ao passo que, do lado dos proprietários, é perpetuar essa subordinação, donde se extrai que a transformação da realidade não é um interesse de todas as classes, mas

daquelas que precisam destruir as relações de dominação e que, portanto, não vivem delas. Esse interesse, entretanto, é o que brota do *ser das classes* e não surge necessariamente manifesto nas condições da classe e, portanto, nem na consciência contingente ou individual. É esse interesse de classe, *a superação de todas as classes*, manifesto como consciência necessária e que ultrapassa as condições da classe, que a consciência individual precisa refletir para que sua atividade no mundo possa ter como horizonte prático a transformação da realidade social — não sem mediação das próprias classes organizadas e interessadas nessa transformação. Apenas assim (e não sem percalços) são *possíveis* “administradores-políticos”, nos termos de Motta, para além, portanto, da formação “humanista”.

Se o *ser da classe* do trabalho não pode ser integrado ao capital, uma vez que é essa a relação que garante a continuidade do capitalismo, o mesmo não pode ser dito em relação aos indivíduos singulares que, mesmo pertencentes à classe do trabalho, podem se integrar em termos de condições sociais e consciência individual, aos horizontes da reprodução das relações sociais. A possibilidade dessa ocorrência se marca pela diversidade das condições de vida que experimentam as diferentes frações da classe do trabalho, condições que também variam ao longo de muitos períodos. As diferentes frações da força de trabalho se reproduzem sob condições sociais, econômicas e políticas diferenciadas nos limites das contingências históricas.

Essa problemática pode ser exemplificada pelo tratamento que Mauro Iasi forneceu. Seguindo o autor, existem alguns elementos básicos para determinar as classes sociais, nos termos dos seguintes elementos:

- 1) classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; 2) pela posição no interior de certas relações sociais de produção; 3) pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; 4) pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (Iasi, 2007, p. 107).

O autor demarca a discussão pelo caráter relacional das classes (Iasi, 2007, p. 108) e igualmente circunstancial, dado que as contingências históricas também atuam junto a determinadas legalidades. Nessa consideração, podemos ler, por exemplo, que



Uma pessoa pode ser um assalariado por sua posição no interior das relações sociais, portanto, um não proprietário de meios de produção, mas, devido exatamente ao ponto que ocupa nessas relações, ou, por outros motivos, atua e pensa como um burguês, se soma ao partido burguês nas lutas concretas da história e se dispõe a representar essa classe se uma oportunidade lhe apresenta, seja produzindo teoria, ocupando um cargo parlamentar ou participando da gestão de uma empresa. Esse senhor é parte orgânica da burguesia, ou, melhor dizendo, compõe, nesse nível da análise, o burguês coletivo (Iasi, 2007, p. 109).

Podemos reter, o que não é inteiramente claro ao autor, que a consciência que orienta as escolhas tanto quanto as próprias escolhas (itens 3 e 4) podem ser contraditórias ao *ser da classe* (itens 1 e 2), de modo que o indivíduo pode pensar e agir na direção da mera reprodução das relações de classe. Para Iasi, o critério decisivo não é o *ser da classe* mas o modo como, nos momentos decisivos da vida social, os indivíduos agem contraditória ou não contraditoriamente aos interesses de sua própria classe. Tendo esse critério como absoluto, o autor precisa considerar essa circunstância como “parte orgânica da burguesia” a despeito do *ser da classe*, e teria de enfrentar a dificuldade de considerar virtualmente todas as classes como “parte orgânica” das classes dominantes. No entanto, tem o mérito, a ser retido, de explicitar a função da consciência individual quando se coloca desconectada da consciência necessária, quando, muito mais dirigida pelas contingências de sua fração de classe, atua contraditoriamente aos interesses de sua classe e a si mesmo. Não é por outro motivo que “o fator «subjetivo» adquire uma importância crucial como *precondição necessária* de sucesso nesse estágio altamente avançado do desenvolvimento humano, quando a questão em pauta é a extinção — a *autoextinção* — das condições de desumanização” (Mészáros, 1993, p. 86).

É por via desse materialismo que se iluminam os problemas ligados à consciência de classe. A formação universitária, portanto, desempenha algum papel na formação das consciências individuais e que interferem de modos complexos na realidade em razão das interações recíprocas entre as classes, as condições das classes e dos indivíduos e as formas de consciência derivadas e interferentes. Esse entendimento é fundamental para um projeto de formação de “administradores-políticos” orientados para a transformação da realidade social em seu sentido mais autêntico, em oposição ao

pensamento conservador e liberto dos entraves daquele “humanismo sincrético”. Mas ainda seguimos carentes de uma explicitação das conexões entre os gestores e as classes sociais, o que permite a apreensão de alguns limites estruturais da atuação desses homens e mulheres como agentes da transformação social, levando-se em conta que o *fator preponderante* da formação da consciência é a prática objetiva com a qual os agentes engajam; e para os administradores práticos (não os da esfera do Estado) essa realidade é a produção do valor. Passemos a eles, às conexões e aos limites.

#### 4. Gestores, classe e consciência de classe

Existe, como chamamos atenção na introdução, uma predileção entre autores da administração política em tomar os gestores como uma classe social em si mesma e, segundo algumas vertentes, como a própria classe dominante.

Essa problemática retoma inúmeros autores do século XX dos quais podemos destacar duas tendências de gêneses diferentes, mas com elementos gerais aproximados e outros muitíssimo divergentes. Não por acaso, trata-se de tradições liberais e anarquistas, essa última envolvendo outras tendências, como a *conselhistas* e o *socialismo libertário*. Devemos considerá-las com brevidade, contudo.

Na tradição mais liberal, encontramos essa determinação de uma *teoria dos gestores* de modo ainda germinal entre autores da economia política vulgar, como David Ure (1835), e as vulgarizações exógenas, como Frederic W. Taylor de 1911, Oliver Sheldon de 1923 (2003), mas que ganha mais força e inteireza com Peter Drucker em 1946 (1983), o apologeta empedernido do gerente. De modos que ainda precisam ser trazidos futuramente, essa discussão tem seu ponto de arranque mais acabado pelas mãos de Alfred Marshall (1961 [1890]) com a inserção do quarto fator (ou agente) de produção, a *organização* (além do capital, da terra e do trabalho), o que implicam os gerentes e a gestão do capital e da força de trabalho. A própria problematização que tange à mistificação da burocracia por Max Weber (2000, p. 146) a hipostazia como *a força social predominante* e, logo, seus “gestores”, pois, para o autor, “a questão é sempre: *quem é que domina* o aparelho burocrático existente”.

Ao longo do século XX, porém, alguns expoentes retomam indiretamente e de modos variados essa “teoria dos gestores” que vai se formando

para exaltar o papel da tecnocracia, como Galbraith em 1967 (1985), ou da “mão visível”, como Chandler (1977). Uma influência decisiva nessa direção e que recebeu grande audiência foi o livro originalmente publicado em 1932, por Berle & Means (1948), *The modern corporation and private property*, no qual aparece considerada a separação entre a gestão das grandes corporações capitalistas e a propriedade sob a forma de ações, dando uma nova configuração jurídica da grande corporação capitalista. Essa separação eliminaria a posição do capitalista individual e ampliaria a presença e influência dos gestores da corporação que teriam sob seu controle um grande poder econômico somente comparado ao poder político do Estado. A expectativa à época era a de que a corporação se transformasse na “instituição dominante do mundo moderno” e essa possibilidade é descrita de maneira ambígua — com a recorrente desconexão liberal entre economia e política. A conclusão dos autores comporta, inclusive, certo temor:

O surgimento da corporação moderna trouxe a concentração do poder econômico que pode competir em condições iguais com o Estado moderno — poder econômico *versus* poder político, cada um é poderoso em seu próprio território. [. . .]. O futuro pode assistir o organismo econômico, agora tipificado por corporação, não apenas no mesmo plano que o Estado, mas possivelmente mesmo superá-lo como a forma dominante de organização social (Berle & Means, 1948, p. 357).

Esse elemento de separação e crescimento da concentração econômica foi crucial para que autores pudessem fixar um traço do estágio da continuidade do capitalismo como uma descontinuidade, elevando os gestores à posição de destaque. Esse mesmo material deixou marcas no controverso James Burnham (1941) que esteve convencido de um movimento histórico que colocaria, considerando as variações dos países, os gestores como a classe dominante:

O que está ocorrendo nessa transição é uma orientação por domínio social, por poder e privilégio, pela posição de classe dominante, por grupo social ou classe dos gestores [. . .]. Essa direção será prevalecente. Na conclusão do período de transição os gestores terão, de fato, atingido o domínio social, serão a classe dominante na sociedade (Burnham, 1941, pp. 71-2).

Burnham é controverso em razão de se alinhar ao trotskismo e, depois, formar fileiras às expressões mais burlescas da direita estadunidense. Ele serve aqui de ponto intermediário entre os autores norte-americanos, influenciados pelo crescimento vertiginoso das corporações na primeira metade do século XX, não por acaso o período das grandes guerras, e os anarquistas e ainda os socialistas libertários, mais preocupados com o desenlace da experiência russa. O próprio Burnham manteve-se atento à história da revolução naquele país.

Noutra linhagem, poderíamos encontrar já vestígios de uma teoria dos gestores em Saint-Simon. Assim como no que se refere aos vestígios no liberalismo, essa questão de gênese terá de ficar para outra oportunidade.

Não obstante, na tradição anarquista e algumas tendências conselhistas e libertárias, por outro lado, a constatação não se marca pelo mero crescimento das corporações, mas pelo domínio de um partido único com a burocracia estatal que, em vez de promover uma revolução *dos* trabalhadores, terminou por representar uma revolução *sem* os trabalhadores, como dizia Tragtenberg (1986; 1988). Outros autores brasileiros podem ser destacados, como Fernando Prestes Motta (Bresser-Pereira, 1981, é um caso à parte). Muitas considerações de Motta estão sob influência de João Bernardo (1979, pp. 7s) e seu recorrente destaque para a terceira classe, ao lado do proletariado e dos burgueses: os gestores.

Motta (2001), por exemplo, seguindo de perto as posições do autor lusitano, compreende que “tecnoburocratas, gestores, burgueses de Estado, ou simplesmente burocratas, são alguns dos nomes que vêm sendo utilizados para designar a elite de altos administradores, cada vez mais visível nas sociedades modernas”. Quase parafraseando João Bernardo, escreveu que é seu “ponto de vista que a tecnoburocracia é uma classe social que tem suas raízes nas condições gerais de produção e nos processos particulares de fabrico”. Ao cabo, “como classe social, a tecnoburocracia procura legitimar seu poder pelo conhecimento técnico e político instrumental, que é o conhecimento organizacional” (Motta, 2001, p. 112). Motta atribui a desconsideração dos gestores como classe à alegada miopia do marxismo se comparado ao socialismo libertário. Como ele mesmo explica:

A percepção de que essa autonomia relativa da burocracia pode estar inaugurando um novo tipo de dominação é algo que aflige muito alguns setores da esquerda, que não conseguem fazer uma leitura nativa

e atual de Marx. Isso não quer dizer que esteja surgindo necessariamente um novo modo de produção [em referência ao argumento de Bresser-Pereira, 1981]. Ao socialismo libertário jamais repugnou pensar na categoria capitalismo burocrático (Motta, 2001, p. 86).

As ressonâncias com João Bernardo são muitas e profundas na compreensão dessa “terceira classe”. O autor português considerou que:

No capitalismo, para além de uma classe explorada, que surgir da dissolução do regime senhorial, temos duas outras classes, também formadas em ruptura com a economia senhorial, e que decorrem dos dois aspectos fundamentais do polo explorador do capitalismo: a burguesia, representando a parcelização das empresas, a privatização da propriedade do capital; e uma outra classe, que consubstancia a integração tecnológica entre as unidades de produção, as condições gerais de produção; em virtude das funções predominantemente organizacionais que esta classe desempenha, na união entre os vários processos particulares de fabrico (e, posteriormente, na própria organização interna de cada um desses processos) e, portanto, na orquestração do capitalismo como um todo, posso chamar-lhe classe dos gestores (1979, pp. 36-7).

No contexto do capitalismo mais autêntico, explica João Bernardo em outro lugar, “o prosseguimento da ação dos gestores dentro do quadro das instituições burguesas e a forçada marginalização política dos trabalhadores caracterizaram esta estratégia como uma modalidade de manutenção da ordem. Num esquema: gestores + burguesia / proletariado” (2015, pp. 339-40). Diferentemente foi o caso da “experiência soviética”, pois lá “o capitalismo acabou, sem dúvida, por ser salvo pelos gestores, mas enquanto capitalismo de Estado, resultante da mobilização da classe trabalhadora, e no qual não havia já lugar para a burguesia. Num esquema: gestores + proletariado / burguesia” (2015, p. 340). Situando Marx nos termos dos acontecimentos da “experiência russa” (!), observou inadvertidamente que a “a obra de Marx e dos seus seguidores constitui a expressão teórica da profunda ambiguidade das lutas sociais, que funde numa dinâmica única uma vertente do movimento operário e uma vertente dos anseios políticos e econômicos dos gestores” (ibidem).

Além da determinação da classe dos gestores, Motta e João Bernardo compartilham alguma má compreensão com relação ao próprio Marx, convertido, no último caso, em um autêntico saint-simoniano. Outro problema a ser considerado é a crítica de Belluzzo & Lima (1978) e Hirata (1980) endereçada a Bresser-Pereira sobre a derivação que essa corrente realiza a partir do caso russo, generalizando certos traços para outras formações capitalistas; algo que o próprio João Bernardo (1985) reconheceu como um problema para suas proposições. Resta saber o quanto essa corrente deve às condições históricas em que uma hipertrofia do Estado e a explicitação de certa potência do executivo arrancou calafrios dos mais empedernidos liberais.

Não obstante, e apenas como ilustração dos problemas envolvidos, Martorano (2011), numa direção diferente embora também ancorada na literatura conselhistas, comenta que essa apreensão dos gestores como classe encontra dificuldades em lidar com o caráter mais amplo e variável dos componentes da burocracia estatal que não formaria, junto com seus gestores, uma classe em particular, embora esteja estruturalmente a serviço da classe dominante. O autor retoma os estudos particularmente de Trotzky e Poulantzas (com destaque para o segundo) no intuito de explicitar a burocracia estatal como uma *camada social* mais ou menos delimitada em complexas e problemáticas ligações com o partido dirigente e as classes sociais (cf. Martorano, 2002). Essa última tendência insiste no caráter diverso da burocracia, formada por pessoas de diferentes origens sociais e portadoras de distintas formas de consciência. Se a burocracia de Estado se apresenta com essa composição mais complexa, o que dizer das manifestações no momento social da produção do capital? Os gestores formariam uma *classe em si*, quiçá *para si* no interior do processo de produção e circulação das mercadorias? Martorano apresenta pistas para uma resposta negativa a essa questão.

E a problemática se complica se retomarmos a discussão anterior sobre o *ser da classe*, conforme nos instruiu Mészáros. Pois nos parece que a teoria dos gestores como desenvolvida pelas tendências anarquistas e libertárias (e parcialmente pela conselhistas), possuem aproximações ainda inexploradas com o liberalismo, por sustentarem a mesma tese e, por vezes, os mesmos argumentos, embora tenham posições sociais distintas. Longe de identificá-las, não é tão fácil negar paralelismos inesperados.

Mais importante ainda, é a problemática de uma identidade entre classe e fração de classe, uma vez que o desenvolvimento da teoria dos

gestores pressupõe a existência de um *ser da classe* inteiramente distinto da classe do capital e do trabalho. Como tal *ser* não existe na materialidade do modo de produção capitalista a não ser na apologia liberal dos gestores e na identidade entre classe e fração de classe, são levados a assumir que uma função diferenciada na produção ou na administração do Estado seria critério suficiente para determinar uma terceira classe. É certo que se forma socialmente uma “estrutura de comando do capital” (Mészáros, 1995, pp. 536s), em que o ponto mais alto dessa estrutura dificilmente poderia ser absolutamente designado por *trabalho assalariado*, mas a realidade mesma mostra também a existência massiva de homens e mulheres que desempenham a função de gestão, por assim dizer, e que formam o trabalhador coletivo (Marx, 1988, p. 443), isto é, caem na categoria força de trabalho produtivo e improdutivo. O modo e as resultantes da funcionalidade dessa força de trabalho variam consideravelmente em razão da fração de classe em tela. Por esse motivo é preciso considerar os “gestores”, essa conceituação amplíssima, com o *ser das classes* efetivamente existentes.

Essa nossa consideração não exime a posição de Iasi indicada antes, no tópico anterior. É preciso perguntar: constituir parte orgânica da classe burguesa é ou não suficiente para determinar um indivíduo que participa “da gestão de uma empresa” como de uma classe e não de outra? Como, consideradas as contingências históricas e circunstanciais, não há uma causação necessária entre posição de classe e expressão prático-subjetiva, é importante alguma cautela para não converter tais contingências em legalidade universal, transformando a avaliação de Lênin (1979), por exemplo, sobre os gestores fabris do período revolucionário russo como “aristocracia operária”, numa determinação fixa e imutável. Em outras palavras, o fato de os gestores atuarem tendencialmente ao lado das classes dominantes e portarem uma consciência por vezes contraditória aos interesses da classe do trabalho não os constitui objetivamente “fora” da classe do trabalho, da categoria força de trabalho. Isso é particularmente correspondente na medida em que reflete a grande massa dos mais de 700.000 formandos anualmente em administração no Brasil, sem falar de outras formações correlatas. Estaria toda essa massa circunscrita a uma “elite” que gerencia as coisas do Estado e do capital? Em parte, sim; na maior parte, não.

A síntese explicativa dessa complexa contingência com legalidades particulares no capitalismo só pode ser encontrada na contraditória existência objetiva de a *administração ser um trabalho explorado que funciona*

*como trabalho de explorar* donde derivam inúmeras problemáticas subjetivas (Paço Cunha, 2014). Não há impossibilidade histórica para o fato de frações da classe do trabalho personificar de modo prático e, portanto, também subjetivo os interesses do capital. Adicionalmente, é interessante notar que o “crescimento das grandes empresas levou à expansão dos empregos para os «colarinhos brancos», que, embora supostamente tenham um prestígio mais elevado que os operários em geral, do ponto de vista da propriedade são iguais aos operários e diferenciados da antiga classe média” (Tragtenberg, 2009, pp. 204-5). É possível mesmo dizer que, nessa última direção, consideráveis efeitos da precarização do trabalho são sentidos em muitas frações do trabalhador coletivo, o que mostra que, sob determinadas condições econômicas, o destino dos administradores não está desconectado do destino dos trabalhadores menos qualificados, como registrou Braverman (1977).

Essa apreensão da realidade, segundo a qual a grande massa dos administradores são trabalho explorado que funciona como função do capital, como trabalho de explorar, explicita a complexidade do trabalhador coletivo, seus segmentos produtivos e improdutivos (cf. Paço Cunha, 2014). Por esses termos, no conjunto, os administradores ou gestores não formam *toto caelo* uma classe social particular, separada objetivamente com respeito ao trabalho ou ao capital, embora tendam a uma configuração subjetiva personificadora dos interesses do capital, tanto em razão da formação quanto da própria natureza da prática com a qual se engajam na produção do valor ou a ela acoplada. É evidente que tratamos do problema em suas linhas gerais, na medida em que administradores de escritório e administradores da produção imediata do valor (e mesmo os que operam na burocracia de Estado, dito aqui de passagem) cumprem funções relativamente distintas em razão do lugar de atuação no processo de produção e reprodução global do capital. Nossa atenção é, como antecipado, essa produção imediata do valor em que a função de direção da força de trabalho é repartida contraditoriamente entre as partes componentes do trabalhador coletivo.

As condições sociais e políticas sob as quais essa fração gerencial de classe do trabalho se reproduz contribui sobremaneira para esse reflexo subjetivo que os afasta de sua classe, inclusive de modo prático ao atuar por vezes de maneira contraditória aos interesses da força de trabalho como classe. Mas também é preciso incluir a atividade prática em seu sentido imediato como fator preponderante nesse caso. É aqui que tem lugar a



complexa relação entre objetividade e subjetividade numa unidade mediada por uma prática social determinada. Isto é, em razão de efetivamente operar como uma função do capital na produção do valor, mediando-o com o trabalho, cria as condições de possibilidade para uma subjetividade no mínimo deslocada e, às vezes contrária, ao próprio *ser da classe*. O fato de essa função possuir um caráter profundamente manipulativo que converte a força de trabalho alheia (objetiva e subjetivamente considerada) em *coisa*, objeto de manipulação, também ajuda a explicar o surgimento de estranhamentos específicos da coisificação dos homens nesse território. É bom que se diga: o coisificador também é coisa para o capital e cai nas mesmas teias manipulativas que os objetos de sua manipulação. A hierarquia de comando do capital é uma cadeia extensa de estranhamentos. Não é sem ironia que se pode dizer que perante o capital os homens são todos iguais, como aludiu Marx (2013).

Dado que, como vimos a partir dos elementos do materialismo, é a atividade prática que molda também os homens, as consequências para a vida estranhada são inúmeras e potencialmente mais condicionadoras do que a formação crítica, para a transformação social. Em outros termos, o engajamento em prática social que também participa da coisificação do homem reflete ao próprio agente o estranhamento de sua prática e da relação com os demais membros de seu gênero humano.

Não é possível desconsiderar, porém, que mudanças econômicas podem forçar uma tomada de posição próxima às demais frações do trabalho, criando aquela tensão amarga de se proteger como trabalhador e defender a todo custo o mistificado “interesse da empresa”, como se aprende, em geral, nos bancos universitários. São esses casos concretos que demonstram as complexas relações entre necessidade proveniente das relações e as contingências históricas que operam como contratendências. Conta-se o caso de uma profissional do setor financeiro dos escalões gerenciais de uma grande mineradora no Brasil que teve participação emblemática no processo de greve. A “empresa” alegava não ter condições financeiras de cobrir a correção salarial demanda pelo movimento grevista, mas fora desmentida pela financista que cedeu informações a respeito das reais capacidades financeiras as quais, com sobra, permitiram a correção. O movimento grevista saiu temporariamente vitorioso, e a financista terminou demitida. Poulantzas (1975), por exemplo, seria forçado a identificar aqui uma aliança entre os trabalhadores e a “nova pequena burguesia” (gerentes). Essas

possibilidades singulares, no entanto, insinuam mais a acomodação das frações da própria classe do trabalho que em circunstâncias contingências atuam em direções diversas às tendências provenientes da função que desempenham como personificações dos interesses do capital.

Essas e outras possibilidades empíricas de eventos singulares mostram como a contradição expressa no trabalho explorado como trabalho de explorar, sob condições sociais específicas, cria todo tipo de dificuldade para uma “teoria dos gestores”, dos gestores como uma “terceira classe”. E estamos aqui considerando a grande massa e não os agentes no comando das grandes corporações monopolizadas, tanto do setor produtivo quanto financeiro (Duménil & Lévy, 2014). Trata-se de frações do trabalho que operam regidas pela compulsão de maior extração possível de mais-valor, como dizia Marx (2013, p. 406), mas não por isso deixam de ser em grande medida fração do trabalhador coletivo. Seguindo Marx mesmo, podemos ler que:

Com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho sob o capital ou o modo de produção especificamente capitalista não é o trabalhador individual, mas uma capacidade de trabalho socialmente combinada que é mais e mais o executor real [*wirkliche Funktionär*] do processo de trabalho em sua totalidade, e já que diferentes capacidades de trabalho as quais cooperam conjuntamente para formar uma máquina produtiva total contribui de diferentes meios para o processo direto pelo qual a mercadoria, ou, mais apropriadamente aqui, o produto, é formado, com um trabalhando mais com suas mãos, outro mais com seu cérebro, como gerente, engenheiro ou técnico, etc., outro como supervisor, um terceiro diretamente como um trabalhador manual, ou ainda como mero servente, mais e mais funções da capacidade de trabalho são incluídas no imediato conceito de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção (Marx, 1988, pp. 443-4; 1969, pp. 65-6, grifo do autor).

Não assumimos, com isso, a posição denunciada por Motta de ignorância com relação ao desenvolvimento do peso da função dos gestores ao longo do desdobramento do capitalismo. Marx (1985, p. 288) chegou a comentar, não sem algum sarcasmo: “Que «a alma de nosso sistema industrial»

não são os capitalistas industriais, mas os *managers* industriais, já tinha sido observado pelo Sr. Ure”. Engels (1978) aludiu ao fato de que o capitalista individual tornava-se supérfluo já no século XIX em razão do crescimento das indústrias sob a forma das sociedades anônimas dirigidas por homens contratados para esse fim. O aprofundamento nessa direção ficará para outra oportunidade. Cabe indicar a questão decisiva: se tais gestores (no sentido da massa e não da cúpula de comando) não formam uma *classe em si*, não constituem um *ser da classe* ao lado do capital e do trabalho, isso não impede de reconhecer o problema da consciência de classe, potencialmente deslocada em relação ao ser da classe e, por vezes, condicionada pelas condições sociais e políticas mais favoráveis de reprodução em razão da qualificação da força de trabalho dos administradores, engenheiros, economistas, etc. e do lugar que ocupam na “estrutura de comando do capital”. A consciência individual ou mesmo de grupos e camadas inteiras podem ser integradas ao interesse do capital, mas não a posição estrutural das classes que vez por outra se mostram determinantes contingenciais em contextos históricos específicos.

Assim, respeitando a trama das circunstâncias particulares, ocupa lugar relevante a constituição da consciência da classe do trabalho no seio da formação dos administradores em razão da “luta ideológica” em andamento no sentido de promover o interesse pela transformação social para além das classes sociais. Se a funcionalidade dessa fração do trabalho como mediação, como força prática do capital, serve, em termos estruturais, aos imperativos da maior extração possível de mais-valor, é preciso explicitar essa funcionalidade, mostrar os nexos reais que ajuda a mobilizar, explicitar como a elaboração de um ideário administrativo que se reflete nas teorias e abordagens está ancorada nessa funcionalidade. Em parte, isso tem sido feito por uma *crítica marxista da administração*. Mas isso não basta! É necessário mostrar uma análise de realidade que dê conta de explicitar as contradições por meio das quais se move a própria função, das condições de uma dada subjetividade na prática de seus portadores nas possibilidades concretas. Fazer isso também é produzir uma crítica dessa mesma subjetividade e de suas condições de possibilidade, demonstrando como atuam consideravelmente contra si próprias personificando interesses de forças estranhas. Mas isso não pode ser feito por ideologias conservadoras e apenas parcialmente aquele “humanismo sincrético” de um pensamento veletério poderia ser evocado. Somente um pensamento radical, que vai à raiz

dos problemas, pode ultrapassar de modo coerente as posições que, ainda que contrariamente à vontade de seus defensores, se ancoram na reprodução dos antagonismos que produzem os problemas por elas identificados.

É aqui que se mostra necessária a formação da consciência de classe e, particularmente, o papel ainda que limitado do ensino universitário da administração. A educação dos administradores para além do capital e, portanto, das classes sociais se marca nos presentes termos: deve-se mostrar que o grande “desafio da gestão” em relação ao mundo do trabalho não é ampliar mais e mais seu caráter de serviço dos interesses do capital, não é identificar-se como uma classe que disputa hegemonia, poder ou coisa que o valha, nem integrar o trabalho ao processo de trabalho, supostamente como colaborador, mas é reconhecer-se, de modo coerente com sua realidade e os nexos concretos, como fração da classe do trabalho. Trabalho não como mero objeto de exercício da profissão, mas como determinação da própria atividade de direção exercida por um tipo particular de trabalhador assalariado e que a superação de sua condição e dos estranhamentos aos quais se submete depende da superação da própria relação de classes. E nesse processo também se mostra os próprios limites da formação, pois *os administradores somente podem ser compreendidos como agentes da transformação na medida em que se articularem como parte orgânica do trabalho, pois o revolucionamento das relações de dominação não é um atributo de qualquer profissão isolada, mas missão da classe do trabalho unida e organizada*. Os termos e condições dessa unidade organizada também precisam ser problematizados.

### 5. Considerações finais

O ensino da administração política está, quer se queira ou não, inserido na luta ideológica pela formação da consciência de classe. As posições conservadora e veletéria podem ser superadas pela posição autenticamente transformadora, pois de modos complexos o “humanismo sincrético” paga tributo às mesmas condições de possibilidade da ideologia neoliberal.

Com o materialismo se revelam as determinações das classes, mas também as múltiplas interações entre o *ser da classe*, as *condições da classe*, as *condições individuais* e os espelhamentos da consciência que opera de modo absolutamente diferente de um mero epifenômeno. É a relação entre objetividade e subjetividade mediada pela prática concreta que quebra as leituras mecanicistas que se afastam da realidade. Acaba revelado tam-

bém o caráter de fração de classe de uma massa de administradores, uma parte componente do trabalhador coletivo, da força de trabalho explorada pelo capital, cuja posição concreta e prática material (como trabalho explorado que funciona como trabalho de explorar) condicionam a consciência individual e atuação política. Sob determinadas condições a tendência de se identificar com os interesses do capital é sopesada ante os efeitos do próprio princípio de maior extração possível de mais-valor, isto é, tornando os problemas do estranhamento e da precarização um fenômeno identificável amplamente nas frações do trabalho.

Nossa conclusão fundamental, portanto, é que uma educação para além do capital e para além das classes sociais pressupõe uma crítica aguda das condições de possibilidade da subjetividade contraditória aos interesses do *ser da classe* do trabalhador coletivo o qual comporta inúmeras frações do trabalho, incluindo os administradores. Passa a ser decisiva a explicitação dos próprios administradores como trabalhadores assalariados e as diferenças dentro dessa própria fração em razão das condições sociais e da estrutura de comando do capital, sem ignorar o fato de que uma outra educação possível somente virá como resultado das transformações profundas da sociabilidade. *Educar para transformar e transformar para educar* são complexas reciprocidades que não podem ser eliminadas de qualquer projeto que ponha no horizonte a superação das classes e dos estranhamentos correspondentes, na medida em que a educação autenticamente transformadora só se realiza efetivamente num processo social transformador.

O certo é que a formação universitária na administração caminha tradicionalmente noutra direção. Dados os vínculos tradicionais do curso com interesses econômicos dominantes, não se explicita o caráter assalariado do trabalho do administrador, um trabalho de exercício do comando durante o processo de trabalho em nome de forças estranhas. Dito de outra maneira, não se revela que se trata de trabalho de explorar exercitado pela fração dominante do trabalho explorado. Menos ainda tem sido capaz de mostrar o empreendedorismo como falsa alternativa transformadora, pois não o revela como a renovação do ideário do pequeno proprietário nas condições do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, mas como nova fase (do conhecimento) de um capitalismo supostamente superado. Somente um projeto coletivo e claramente posto de construção de uma consciência de classe, ao dar os elementos necessários à compreensão do administrador em grande parte como fração contraditoriamente posta no interior

da classe do trabalho, pode ser coerente com o ensino crítico da administração política que procura revelar os amplos problemas da organização social.

Lamentavelmente deixamos de fora elementos da discussão da “teoria dos gestores” ligada ao Estado tendo em vista não apenas os limites formais, mas também a determinação da produção do valor que nos serviu de ângulo mais apurado para decantar as inúmeras determinações do problema. Deixamos igualmente de lado, além de outras coisas, um debate com Poulantzas (1975) e sua posição que sustenta também os administradores como fração da chamada “nova pequena burguesia”. Longe, portanto, de esgotar o assunto, é necessário retomar todas as considerações da “teoria dos gestores” e de outras posições para uma análise mais sistemática, além de avaliar em casos concretos a reação desses chamados “gestores” em episódios históricos específicos. Ficam assim registradas sugestões para futuras pesquisas.

### Referências

- ALBINATI, A. S. Educación: la cuestión de la alienación. In: Infranca, A. & Vedda, M. (orgs.) *La alienación: historia y actualidad 1*. Buenos Aires: Herramienta, 2012.
- BERLE, A. A. Jr. & MEANS, G. C. *The Modern Corporation and private property*. Nova York: The Macmillan Company, 1948.
- BELLUZZO, L. G. M. & LIMA, L. A. O. O capitalismo e os limites da burocracia. In: *Temas de Ciências Humanas*, vol. 3, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- BERNARDO, J. *O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto antiecológico*. Porto: Afrontamento, 1979.
- BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo*. 2015. Disponível em <<https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2015/05/labirintos-do-fascismo-nova-versc3a3o.pdf>>.
- BERNARDO, J. Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. *Revista Ensaio*, 14, 1985.
- BICALHO, R. A. *Elementos para uma análise categorial da objetividade/ subjetividade em O capital (1867): um aporte teórico para os estudos organizacionais marxistas*. Doutorado em Administração. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Social classes and strata in contemporary*

- capitalism*. São Paulo, 1981. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1981/81-classstrata.i.pdf>>.
- BURNHAM, J. *The managerial revolution*. Nova York: John Day, 1941.
- CHANDLER, A. D. Jr. *The visible hand*. Massachusetts: Harvard University Press, 1977.
- CHASIN, J. *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COVRE, M. L. M. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DRUCKER, P. *The concept of the corporation*. Nova York: John Day, 1983.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ENGELS, F. Classes sociais necessárias e supérfluas. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- GALBRAITH, J. K. *The new industrial state*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1985.
- GURGEL, C. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.
- HIRATA, H. Capitalismo de estado, burguesia de estado e modo de produção tecnoburocrático. *Revista Discurso*, n.º 12, 1980.
- IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LENIN, V.I. Imperialismo. *Obras escolhidas*, t. 1, S. Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARSHALL, A. *Principles of economics*, vol. 1. 9.ª ed. Londres: Macmillan, 1961.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos, et al. Repensando a formação do administrador brasileiro. *Archétypon*. Rio de Janeiro, vol. 5 (1997), p. 15. Disponível em <[http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/repensando\\_a\\_formacao.pdf](http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/repensando_a_formacao.pdf)>.
- MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Xamã, 2002.
- MARTORANO, L. C. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. *O capital*. Livro 3. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. Economic manuscript. *Collected works*, vol. 34. Londres: Lawrence & Wishart, 1988.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, K. *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1969.
- MARX, K. *Manuscrptos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. Teses ad Feuerbach. In: Marx, K. & Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOREIRA, F. S. Administradores políticos enquanto classe: um projeto de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração Política*. Salvador, vol. 1, n.º 1, 2008.
- MOTTA, Fernando C. P. *Teoria das organizações: evolução e crítica*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- MOTTA, Fernando C. P. A questão da formação do administrador. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol. 23, n.º 4, pp. 53-5, dez. 1983.
- PAÇO CUNHA, E. Braverman, subjetividade e função de direção na produção do valor. *Cadernos Ebape.BR*, vol. 12, n.º 4, Apresentação, Rio de Janeiro, out.-dez. 2014.
- PAÇO CUNHA, E. Engels, marxólogo: dialética e política, n.º 20, *Verinotio*. Belo Horizonte, 2015.
- PAES DE PAULA, A. *Estilhaços do real: o ensino da administração em uma perspectiva bejaminiana*. Curitiba: Juruá, 2012.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 5, set.-out. 2001.
- SHELDON, O. *The philosophy of management*. Londres: Routledge, 2003.
- TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados-Cortez, 1982.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.